

Sarney pedirá reunião inédita

Ele quer debater a dívida externa num encontro entre países credores e devedores

BRASÍLIA — O presidente José Sarney quer realizar uma reunião inédita entre as sete maiores nações devedoras da América Latina e os sete países mais industrializados do mundo, em 1989, para acertarem o que ele chama de "uma negociação solidária da dívida externa do continente". Esta proposta brasileira — lançada na reunião presidencial de Punta Del Este do G-8 (grupo de países latino-americanos mais endividados) e ratificada na reunião ministerial do Rio, no dia 12 — ainda não conta, entretanto, com a adesão de todos os governos interessados. O presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, e da Colômbia, Virgílio Barco Vargas, estão indecisos em aceitá-la, enquanto os presidentes da Argentina, Uruguai, Peru e Venezuela já teriam dado amplo apoio.

"Este problema, contudo, já deverá estar superado nas próximas horas", afirmou, ontem, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique, ao falar da aparente divergência entre membros do G-8. Ele tam-

bém acrescentou que só quando todos os sete governos interessados aderirem de maneira unânime é que o documento final da reunião do Rio (mantido sob sigilo) será amplamente divulgado com todos os detalhes. Henrique chegou a mencionar que Sarney ficou perplexo com a atitude esquiva do presidente mexicano que "pediu tempo para estudar o plano", numa conversa pelo telefone na 2ª-feira à noite.

Quanto às informações de que o presidente-eleito dos Estados Unidos, George Bush, reconheceu a necessidade de o próximo governo norte-americano encarar a questão da dívida externa do Terceiro Mundo também com uma abordagem política, Carlos Henrique destacou que Sarney ficou muito satisfeito. Segundo o porta-voz do Planalto, a declaração de Bush — feita segunda-feira na capital norte-americana (ver abaixo) — foi recebida como um reconhecimento oficial da Casa Branca às teses de politização da discussão da dívida externa que o presidente brasileiro levou à Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1985. "A adesão de Bush a esta percepção da realidade foi recebida com júbilo", afirmou o porta-voz.

A proposta conjunta final que Sarney e demais países latino-americanos do G-8 deverão encaminhar aos países credo-



Bush: rever Plano Baker

res, até o final do ano, prevê a formulação urgente de um programa de redução da dívida externa e de financiamento dos programas de desenvolvimento. Entre os vários mecanismos analisados estão os de conversão da dívida em exportações e investimentos, criação de uma agência internacional para ad-

quirir a dívida com transferência de benefícios para os devedores e a emissão de títulos dos países desenvolvidos com garantia do Banco Mundial para pagamento do principal e dos juros.

REPERCUSSÃO POSITIVA

Na capital norte-americana, o jornal Washington Post apoiou ontem, em editorial, a decisão do futuro presidente, George Bush, de fazer uma revisão completa da política norte-americana para a dívida externa, assim que assumir o governo dos Estados Unidos em 89. O Post afirma não haver dúvida que Bush dará um tratamento completamente diferente do atual presidente, Ronald Reagan, ao débito das nações em desenvolvimento: "Bush, ao contrário de Reagan, vê a questão da dívida como uma ameaça aos interesses norte-americanos, especialmente na América Latina".

No Fundo Monetário Internacional (FMI), apesar do silêncio oficial, um de seus altos funcionários, David Finch, sintetizou: "As ameaças políticas aos regimes democráticos latino-americanos — como o Brasil, México e Argentina — pôs um fim ao Plano Baker". De acordo com este plano (defendido por Reagan), a questão da dívida deveria ter um tratamento meramente econômico.